

RESISTIR, INSISTIR, EXISTIR E INSURGIR

Ecoss da cidade abandonada

RESIST, INSIST, EXIST AND RISE
Abandoned city echoes

Kary Emanuelle Reis Coimbra¹

Resumo

Neste texto apresento as ações dos Coletivos Salve Rainha e In.surge enquanto problematizadoras e contraventoras do projeto colonial-moderno e do discurso da modernização na cidade de Teresina (PI). Enquanto a estrutura da colonial-modernidade estabeleceu o padrão de ser e viver a partir da lógica capitalista, ancorada no discurso do progresso e do desenvolvimento, as fraturas desse discurso são vivenciadas pelos sujeitos excluídos, marginalizados e abandonados da hierarquia social. A partir de uma análise discursiva crítica, as narrativas dos entrevistados revelaram a movimentação dos coletivos teresinenses no sentido de visibilizar e valorizar aspectos patrimoniais e culturais da cidade, deliberadamente abandonados pela gestão pública local. As contradições do discurso modernizante aparecem quando, para além das periferias, tem-se verificado uma negligência generalizada de políticas públicas em Teresina, sugerindo que a gestão urbana ganhou novos contornos sob a égide da extrema-direita bolsonarista.

Palavras-chave: discurso colonial-moderno, modernização, coletivos urbanos.

Abstract

In this text, I present the actions of Salve Rainha and In.surge Collectives as agents of problematizations and contraventions of colonial-modern project and the discourse of modernization in the city of Teresina (PI). While the structure of colonial-modernity established the pattern of being and living from the capitalist logic, anchored in the discourse of progress and development, the fractures of this discourse are experienced by excluded, marginalized and abandoned people in social hierarchy. From a critical discursive analysis, the interviewees' narratives revealed the action of Teresina's collectives to making visible and valuing heritage and cultural aspects of the city, deliberately abandoned by the local public administration. The contradictions of modernizing discourse comes up when, beyond the peripheries, there has been a generalized neglect of public policies in Teresina, suggesting that urban management has acquired new format with the bolsonarism' far-right.

Keywords: colonial-modern discourse, modernization, urban collectives.

Introdução – ou das imposições e contravenções da colonial-modernidade² capitalista

O locus de enunci(ação) deste trabalho é a cidade de Teresina, capital do Piauí, região Nordeste do Brasil. Do ponto de vista da hierarquia social, falo da periferia de um Brasil que historicamente estabeleceu o Norte e Nordeste como regiões subdesenvolvidas. Essa divisão etnocêntrica que delimita a importância cultural dos espaços não surgiu à toa, mas como produto interno da própria formação sócio-histórica do Brasil enquanto periferia mundial.

O discurso civilizatório da modernidade subsidiou a expansão do capitalismo, que se tornou o primeiro grande sistema histórico global: o sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2001). O sistema-mundo moderno diz respeito a “uma divisão territorial do trabalho multicultural na qual as produções e intercâmbio de bens básicos e matérias-primas são necessárias para a vida de seus habitantes todos os dias” (PENNAFORTE, 2011, p. 44). Assim, o sistema mundial moderno estabelece vários centros políticos (Estado-Nação) organizados de forma interdependente e hierarquizada – centro e periferia – conectados por relações fabris e comerciais (WALLERSTEIN, 2001).

Poder e discurso estão estreitamente relacionados, de modo que os grupos dominantes da sociedade exercem controle e influência na produção discursiva (VAN DIJK, 2020). Na prática, isso representa o conceito de *ordem do discurso*, “uma noção foucaultiana para aquilo que determina o que pode e o que deve ser dito em cada lugar e em cada ocasião, de acordo com a perspectiva social hegemônica” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 56). Para Foucault (1996), a formação de um discurso é historicamente situada e segue critérios de seleção, organização e distribuição, de modo que, ao ser *produzido*, não é neutro e, portanto, relaciona-se diretamente com o poder na sociedade. Essa relação entre poder e discurso permite a compreensão dos aspectos ideológicos e hegemônicos estabelecidos socialmente. Desse modo, o discurso como prática ideológica constitui, mantém ou modifica significações de mundo; como prática política, empenha-se no estabelecimento, manutenção ou transformação das relações de poder e das entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) (RESENDE; RAMALHO, 2004).

Para Fairclough (2016), o discurso diz respeito ao uso da linguagem como prática social, o que implica um modo de ação – a forma pela qual pessoas agem sobre o mundo e sobre os/as outros/as – e um modo de representação. Há uma relação dialética entre o discurso e as estruturas sociais, de forma que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significado do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). Assim, o discurso como prática social é situado historicamente, constituído socialmente e constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença; e a linguagem assume funções identitária, relacional e ideacional. A análise do discurso crítica se propõe a desvelar questões político-ideológicas contidas nos discursos e, portanto, explicitando a relação de atores e atrizes sociais com a *reprodução* ou com a *mudança* da ordem social.

² Embora o fim do colonialismo moderno no período pós-Segunda Guerra possa ter transformado os modos de dominação implantados pela modernidade, a essência das relações centro-periferia persistiu. Nesse sentido, as estruturas edificadas durante os séculos XVI e XVII implantaram hierarquias de dimensões epistêmica, espiritual, racial/étnica e de gênero/sexualidade que perduraram mesmo após o encerramento do colonialismo histórico sobre territórios (CASTRO-GOMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Essas estruturas foram nomeadas por Anibal Quijano de colonialidade. Para Mignolo (2007, p. 32; tradução livre), modernidade e colonialidade representam os dois lados da mesma moeda, de modo que “não se pode ser moderno sem ser colonial” e, desse modo, “a ideia de América não pode estar separada da colonialidade”.

¹ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora no curso de Administração na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Em termos conceituais, como delineado por Castilho (2010, p. 125; grifos meus), “a modernização se apresenta como um projeto da modernidade feita a partir de uma ideologia desenvolvimentista, do progresso e da racionalidade”. Desse modo, a modernização é reflexo da expansão territorial da própria modernidade e do modo de produção capitalista, estabelecendo-se a partir de dois pilares: 1) um plano político-ideológico e 2) uma base técnica e infraestrutural econômica. Não sendo os espaços neutros, mas socialmente produzidos (LEFEBVRE, 1991), implicam, assim, em discursos e relações de poder. A fim de assegurar a reprodução da ordem social, o Estado cria estratégias para a produção do espaço como instrumento político intencionalmente organizado e manipulado, isto é, um meio e um poder nas mãos da classe dominante (CARLOS, 2009).

No âmbito das imposições do sistema colonial-moderno capitalista sobre os modos de ser e viver, os coletivos apresentam-se como um significativo agente de contestação da ordem do discurso, sobretudo pela atuação crítica e questionadora dos espaços públicos, das cidades, da estrutura social, enfim. Neste texto apresento, assim, uma análise discursiva crítica sobre as ações dos Coletivos Salve Rainha e In.surge enquanto problematizadoras e contraventoras do projeto colonial-moderno e do discurso da modernização na cidade de Teresina (PI). Considerados por alguns autores como “novas formas de mobilização na sociedade civil” (PEREZ; SILVA FILHO, 2017, p. 257), especificamente em Teresina, agrupamentos com pautas distintas e transversais têm atuado de forma mais expressiva na cidade desde os anos 2010, sob o título de coletivos *artísticos, urbanos, culturais, educativos, negros, feministas*, apenas para citar alguns. Antes de aprofundar sobre as ações dos coletivos, apresento inicialmente como o discurso da modernização influenciou o desenvolvimento histórico-cultural de Teresina.

Contradições do discurso da modernização na criação de Teresina

Na perspectiva da *história oficial*, Teresina foi fundada em 1852 pelo Governador José Antônio Saraiva, imbuído pelo desejo de mudar a então capital da Província do Piauí, Oeiras, para um local mais estratégico. Entretanto, a despeito do *centro histórico* atribuído na fundação da cidade, o núcleo de povoamento inicial da cidade era outro, situado na região denominada Barra do Poti, a mais antiga ocupação da cidade. Situada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, a região já era habitada por indígenas quando da chegada do bandeirante Domingos Jorge Velho, no século XVII.

Ao longo do século XVIII, contava com casas de pescadores, canoieiros e plantadores de fumo e mandioca, cuja expansão populacional e econômica subsidiaram a elevação da Barra do Poti à categoria de Vila, em 1832. Precariedades em questões sanitárias e infraestruturais na Vila do Poti, entretanto, tornaram-se empecilho para a mudança da capital para esta região. A fundação de Teresina ocorreu, então, a seis quilômetros dali, na região da Chapada do Corisco, recebendo o título de *Vila Nova* do Poti. O núcleo de povoamento inicial ficou conhecido como a *Vila Velha* do Poti, hoje com o nome de Poti Velho, o bairro mais antigo da nova capital (SEMPPLAN, 2018). Em pesquisa sobre identidades e alteridades na memória oral do bairro Poti Velho, moradores proclamam que *Teresina nasceu ali*. Inclusive, a denominada Igreja Matriz de Teresina, Nossa Senhora do Amparo, padroeira do bairro e da cidade, leva o mesmo nome de capela já existente na então Barra do Poti (PEREIRA; MORAIS, 2014).

Sobre Teresina, Silva (2012, p. 217; grifos meus) frisa que, “embora pouco estudada do ponto de vista urbanístico, tem muita importância na história do urbanismo brasileiro por se tratar da *primeira cidade-capital planejada e construída no período do Império*”. Para a autora (2012, p. 218), “a nova capital deveria se constituir em instrumento adequado

à estratégia política e ao desenvolvimento do Piauí. Como tal, a escolha do local para a implantação do núcleo urbano foi criteriosa”, tendo como referencial a urbanística portuguesa. Desse modo, a forma urbana de Teresina é resultante da rigorosa legislação portuguesa, voltada à criação de vilas e cidades coloniais brasileiras. O planejamento de Teresina retomaria a aplicação de alguns dos princípios que seriam utilizados na reconstrução de Lisboa, à época, peculiaridade que não apenas estabelece um vínculo formal com a capital de Portugal, mas que também traduz a hierarquia metrópole-colônia (SILVA, 2012).

Teresina foi criada 44 anos após a vinda da família imperial para o Brasil. Em um contexto colonial, Marques (1994) destaca os três primeiros séculos de existência do país, em que toda a atividade econômica se subordinava aos interesses da burguesia comercial europeia, de modo que as colônias constituíam instrumentos de poder de suas metrópoles. A vinda da corte portuguesa ao Brasil almejou a implantação de algumas medidas de modernização com vistas a adequá-lo à nova condição de sede da metrópole. Essas medidas, no entanto, eram *mais ideológicas que modernizantes*, voltadas a legitimar a imagem de uma “monarquia esclarecida”, que criava centros de tecnologia simples e apoiava pesquisadores europeus (MARQUES, 1994, p. 17).

Diante desse contexto modernizador, em 1852, o então governador José Antônio Saraiva mudara a capital da Província do Piauí da cidade de Oeiras para a região onde existia a Vila Nova do Poti, no intuito de projetá-la comercialmente (NASCIMENTO, 2011). Escolhida como capital por se localizar entre os rios Poti e Parnaíba, a mudança ocorreu como “fruto de interesses políticos e econômicos ao reivindicarem a modernidade e o desenvolvimento para o Estado do Piauí”, estimulando, assim, a agricultura de exportação e a navegação à vapor (GANDARA, 2011, p. 109). Como destaca Nascimento (2011, p. 1), além dos objetivos comerciais, os idealizadores da mudança da capital também almejavam “a ruptura com o velho”, assim como a superação dos entraves “ao progresso da Província”, conferindo um sentido de modernização à fundação da nova capital.

Entre 1937 e 1945, período denominado pela historiografia brasileira de Estado Novo, Teresina recebeu tratamento urbano, novas áreas de sociabilidades, além de transportes modernos, sendo tudo isso valorizado no discurso oficial. Estas intervenções visavam a transformar Teresina em uma cidade moderna. Na construção dessa cidade, alguns símbolos da modernidade foram sendo incorporados ao cotidiano da cidade e de seus habitantes. O automóvel foi ganhando espaço e as ruas do centro tiveram que ser adequadas para esse objeto de consumo de alguns poucos. Mas, existia outra cidade menos presente no discurso oficial, onde não havia água tratada e canalizada, luz elétrica, e suas ruas não eram calçadas; nela, animais domésticos eram criados à solta e os moradores atingidos por um grande número de doenças, dentre as quais a febre tifoide, a varíola, a tuberculose. Nessa outra cidade, a maioria da população morava em casas de palha (NASCIMENTO, 2011, p. 4).

Na década de 1970, a modernização da área urbana de Teresina contou com demolições de barracos para a criação das Avenidas Miguel Rosa e Gil Martins, expulsando moradores/as para regiões periféricas (bairros Água Mineral e Buenos Aires). Essas ações também tinham o intuito de filtrar a circulação, na região central, de segmentos *indesejáveis* da população pela elite local. Mais que impactos estruturais nos espaços físicos da cidade, as demolições refletiram, sobretudo, “na memória desses moradores e construtores da cidade”. Os processos de remoção obrigavam a busca por novos espaços de pertencimento, afetando, de forma brusca, as relações sociais já construídas

com vizinhos, a proximidade de emprego e/ou escola e as relações identitárias com o próprio lugar (MONTE, 2017, p. 183).

Desde o início, portanto, as aspirações da modernidade no tecido urbano teresinense trouxeram segmentação e gentrificação dos espaços, ficando as sociabilidades de moradores/as em segundo plano, no curso do *progresso*. A propósito, Monte (2016) narra como ocorreu o processo de esvaziamento do Centro de Teresina como área residencial, com a migração da população do local para a região Leste da cidade:

[...] a área do Centro, a partir de então, perde progressivamente o espaço de área residencial e passa ser eminentemente comercial, uma vez que a população de alto poder aquisitivo se transfere para Zona Leste da Cidade. Alguns estudiosos afirmam que a inserção dos automóveis também favoreceu a esse processo, uma vez que era possível por meio do veículo ter acesso à área comercial sem necessariamente morar nela. Ficando no Centro apenas uma pequena parcela da população que relutava em permanecer nesse espaço, as demais residências ou sofreram modificações para se adequarem a espaços comerciais ou são postas a baixo para ceder espaços para estacionamentos de veículos. Com a saída da população de classes mais abastadas do centro da cidade, espaços de lazer e sociabilidades passam por modificações. É o caso de praças, como a Pedro II, o Teatro 4 de Setembro e o Clube dos Diários, importante eixo cultural da cidade. Uma vez que as formas de lazer eram substituídas por clubes e restaurantes situados na Zona Leste como o Jockey Clube. Em contrapartida o Centro vai ficando cada vez menos movimentado, principalmente no período noturno. Cedendo lugar para moradores de ruas e usuários de drogas que passam a fazer outros usos desses espaços. Dessa forma, fica ameaçada também a memória desses espaços, uma vez que perdendo sua função original, suas práticas são cada vez menos presentes (MONTE, 2016, p. 3).

A falta de estrutura de determinados espaços públicos e a insegurança quanto ao seu uso constituem fatores que favorecem a utilização de espaços privados para lazer, que, de modo geral, são bem equipados, fechados e contam com equipamentos de segurança. Como dito por Carlos (2020), a cidade é socialmente produzida e respaldada pelo capitalismo, tornando-se, também uma mercadoria. Logo, o lazer como mercadoria (OLIVEIRA; LUZ, 2016), é mais facilmente consumido por parte da população que possui maiores recursos econômicos.

Contraopondo-se a tal lógica, já se encontra em curso a construção de pontes entre decolonialidade e o campo do lazer a fim de desvelar práticas de lazer, inclusive, em contextos de re-existência, “como um espaço de protesto, demarcação das diferenças, opressões e desigualdades” (MAURÍCIO *et al.*, 2021, p. 699). Este é o caso dos Coletivos Salve Rainha e In.surge, agentes tensionadores da lógica colonial-moderna capitalista que priorizou o consumo à fruição nas cidades.

Ecoss do abandono: problematiz(ações) de coletivos juvenis teresinenses

O método de análise de discurso crítica foi utilizado na interpretação de postagens em mídias sociais dos coletivos e de narrativas obtidas em entrevistas virtuais com seus participantes, em dezembro de 2020 e janeiro de 2021. A seguir, acompanhamos as narrativas de Camila e Renata, do Coletivo Salve Rainha; Mariana, do Coletivo In.surge; e Alex, membro integrante dos dois Coletivos. Os *corpora* da análise foi



constituído tanto das falas, como das publicações dos coletivos em suas mídias sociais (gêneros discursivos). Ao evidenciarem uma relação afetiva com a cidade de Teresina, os principais temas (macroestruturas semânticas) levantados foram: história, memória, patrimônio, arte, cultura e sociabilidade, como abordado a seguir.

Vivências, ausências e emergências

O Coletivo In.surge surgiu em 2017 a partir da reunião de um grupo diverso de estudantes e profissionais de áreas interdisciplinares para o mapeamento de lugares alternativos às opções de lazer hegemônicas, geralmente concentradas em áreas nobres de Teresina. Dessa experiência, o In.surge produziu, de forma independente, um Mapa Colaborativo (Figura 1) destinado sobretudo aos/às jovens teresinenses. Segundo Mariana, idealizadora do coletivo, o propósito é oferecer *uma versão da cidade que eles não iam conhecer através de guias turísticos tradicionais*.

O propósito do In.surge foi visibilizar locais com características culturais específicas em cada região da cidade, ao invés dos que são *genéricos* e podem ser experienciados em qualquer cidade, inclusive ao redor do mundo, como as franquias de restaurantes, por exemplo. O Mapa Colaborativo foi lançado em 2018, disponibilizado em formato físico e virtual. Possui a indicação de 70 lugares distribuídos em categorias (comer, bares & cafés, compras, ver, sair, participar) e acompanhados de uma breve descrição. O Mapa apresenta, ainda, a indicação de 26 lugares em quatro rotas de visitação. O foco na sociabilidade juvenil a partir das experiências culturais de cada região indicada no mapa caracterizam a autointitulação do In.surge como um *coletivo de afetividade urbana*. O Coletivo ainda se encontra ativo e chegou a iniciar a produção da segunda edição do Mapa, mas interrompeu as atividades com a eclosão da pandemia de covid-19.

Já o Salve Rainha foi um coletivo artístico que se apresentava como uma *tecnologia social de valorização do patrimônio histórico e cultural de Teresina*. Esteve ativo entre os anos de 2014 e 2018, constituindo um dos agrupamentos de atuação mais significativa na cidade, com a produção de eventos com *mais de 160 atrações musicais, mais de*

Figura 1 – Ilustração do Mapa Colaborativo produzido pelo Coletivo In.surge. Fonte: In.surge (2022).



305 exposições e feira com aproximadamente 415 empreendimentos. Nesse intervalo, realizou diversas ocupações e intervenções em espaços públicos da cidade, como praças, parques, ruas; em espaços abandonados, como as edificações da Fundação Nacional de Humor e do Sanatório Meduna; e espaços subutilizados, como embaixo de uma das principais pontes da cidade.

Segundo Mourão (2017, p. 53), as tecnologias sociais constituem “alternativas para a resolução de problemas estruturais dos setores mais excluídos da sociedade, na medida em que se apresentam como soluções modernas, simples e de baixo custo”, sendo, em alguns casos, apoiadas por programas governamentais. Ao focar na valorização dos patrimônios cultural e histórico de Teresina, a ação do coletivo Salve Rainha é direcionada no intuito de que tais atributos sejam notados por seus/suas moradores/as e mais acessado por eles/elas. A Figura 2 ilustra o logotipo do Coletivo Salve Rainha.

Camila, uma das integrantes do Salve Rainha, relatou que a ideia do Coletivo surgiu da proposta de um dos fundadores do coletivo, Francisco das Chagas Júnior (*in memoriam*), de salvar Teresina, cidade cujo nome foi dado em homenagem à então Imperatriz do Brasil, Teresa Cristina. Na denominação Salve Rainha, o verbo salvar está conjugado na terceira pessoa do discurso do modo imperativo – que remete a uma ação em tom de pedido ou comando – e a cidade de Teresina é metaforizada pela palavra *rainha*. Nas palavras de Camila, a ideia era *salvar Teresa Cristina, rainha; salvar Teresina, né, Salve Rainha*. De modo literal, teríamos a proposição: *salve você a rainha Teresina*.

Sobre o nome do coletivo, o léxico *salvar* designa uma situação de perigo ou dificuldade que necessita de resgate. Por sua vez, se os/as integrantes do coletivo são os atores e as atrizes que se propõem a *salvar Teresina*, a seleção lexical deixa implícita que algo ou alguém a colocou em perigo, o que, conseqüentemente, leva ao pressuposto de que os/as responsáveis por sua gestão não estão cumprindo seu papel. O salvamento a que se propõe o coletivo se relaciona, também, à sua concepção enquanto tecnologia social. Camila ressalta que esse é um conceito oriundo da virada do século, relacionado a *propostas inovadoras de desenvolvimento de uma cidade, dentro do econômico, do*

social e do ambiental. Segundo ela, o caráter social dessa tecnologia reside em sua ação voltar-se a *tentar solucionar diversos problemas, promover inclusão*.

Renata, também integrante do Salve Rainha, e Mariana, integrante do In.surge, contam que o surgimento dos coletivos teve uma relação direta com a cidade de Teresina, problematizando a escassez de oferta de programações artístico-culturais na cidade, sobretudo aos domingos.

RENATA – SALVE RAINHA - [...] ele [Coletivo Salve Rainha] foi pra rua, né, e já era um instiga também do pessoal que começou ocupar o centro. Já era um instiga deles também fazer algo aos *domingos*, né, visto que em Teresina a *gente não tem muita oferta cultural* acontecendo naturalmente e num fluxo semanal, e domingo, então, nem se fala. *Tanto que* essa cidade, não sei como tá hoje de índice, mas ela já foi a principal capital de *suicídios* femininos entre jovens. Eu atribuo isso muito *ao que a gente tem* de possibilidade, e *ao que a gente não tem*, de entretenimento, de convivência, de relação com o espaço em que se vive [...]

MARIANA – IN.SURGE - [...] Tipo, *aqui é uma terra árida pra produção cultural, artística?* É! Mas ficar repetindo que não tem nada pra fazer aqui só destrói a autoestima e a relação que as pessoas têm com a cidade. Então eu como urbanista, mais o Caio como Antropólogo... o Alex Sampaio também participou muito da concepção do projeto, ele escreveu [o livro] *Ressuscito na Cidade Suicida*. Foi muito isso de que, tipo, se a gente fica batendo na tecla de que Teresina não é uma cidade especial pra gente, não é uma cidade que tenha valor, as pessoas que nascem aqui elas *já nascem desestimuladas, desesperançosas* [...]. E a gente veio justamente construindo o mapa em torno dessa mentalidade [...] a relação com Teresina também tá no nome, que o nome *In.surge*, tanto de *insurgir*, de, tipo, tentar se *rebelar* contra esse discurso de que não tem nada pra fazer em Teresina. E é separado [In.surge] porque é de surgir de dentro, sabe, de algo que *surge de dentro da cidade*, a própria cidade *questionando* isso, questionando esse discurso. Então no próprio nome do coletivo a gente tem essa relação com Teresina.

Sob a tônica de denúncia sobre o desamparo, Renata e Mariana relatam a ausência de programações de lazer, de atividades culturais e artísticas em Teresina, deixando implícita a demanda por tais atividades na cidade por meio das seleções lexicais “*a gente não tem muita oferta cultural*” e “*aqui é uma terra árida pra produção cultural, artística*”, situação que se acentua aos *domingos*, dia da semana comumente associado ao lazer. Apesar de tal constatação, Mariana destaca que reforçar essa ausência é destrutivo e não ajuda na resolução da situação, mas amplifica o desestímulo e a desesperança de jovens que se propõem a produzir. Dessa forma, citando a criação do próprio coletivo como exemplo, jovens representam atores e atrizes sociais que agem na criação de produtos e serviços culturais na cidade. De forma implícita, o Estado também aparece como ator social quando a narrativa deixa evidente o interdiscurso entre a passividade e a atividade de cidadãos e cidadãs em relação à própria cidade. Nesse sentido, ao invés da postura de recepção de serviços por parte de instituições governamentais, a ação dos/as habitantes emerge – ou melhor, *insurge* – em confronto com o contexto sociocultural dado (*se rebelar, surge de dentro da cidade; a própria cidade questionando*).

Em sua narrativa, Renata relata ainda a questão das taxas de suicídio em Teresina³, chamando a atenção para índices maiores entre pessoas jovens e mulheres, chegando a relacionar a ocorrência desse fenômeno ao cenário cultural da cidade. O fenômeno do suicídio em Teresina também é explicitado por Mariana, que destaca a obra *Ressuscito na cidade suicida*, do escritor teresinense Alex Sampaio, que também participa neste trabalho, como integrante do In.surge e do Salve Rainha. Diante disso, percebemos como a relação com a cidade de Teresina ou, mais especificamente, as ausências e negligências por parte do poder público impulsionaram a articulação dos coletivos.

Reverberações: arte, cultura e patrimônio

Sobre as ocupações e intervenções do Salve Rainha, Camila explicita que a escolha dos locais era realizada a partir de um estudo preliminar, de modo a priorizar aspectos histórico-culturais, arquitetônicos e ambientais desses espaços. As ocupações ocorriam intencionalmente em lugares negligenciados ou subutilizados, problematizando os usos dos espaços públicos e o direito à cidade.

CAMILA – SALVE RAINHA - [...]. No Salve Rainha a gente sempre pensa esses lugares a partir de um estudo, a partir de *uma pesquisa patrimonial* que é feita, né, e é escolhido através de critérios que priorizam valores históricos, arquitetônicos, ambientais. A gente dá preferência a *lugares, mas também a não-lugares, né, lugares que foram negligenciados, que estão subutilizados, como forma mesmo de resgate e valorização dessas memórias*. Eu sou muito chata em relação a essa palavra *resgate* porque eu acho que *a gente não é salvador*, eu acho que a gente *assume pra nós uma responsabilidade* que vai para além do que um coletivo pode fazer, né. E é tirar mesmo das nossas costas essa grandiosidade de determinadas *responsabilidades*, né. Paciência! Então *resgate não*, mas acho que *a valorização e visibilidade* tudo bem, né [...]. E acho que essa relação passa muito também por esse respeito à cidade, né, compreendendo essas suas necessidades e entendendo que *a população tem direito a esses espaços, o direito à cidade*, né [...].

RENATA – SALVE RAINHA - O Salve Rainha, ele se propõe a *ocupar espaços públicos*, né? [...]. Eu acho que sim, que a gente tem muita coisa que pode ser criada na cidade e que sim, acontecem em outras *zonas que, muitas vezes, a gente não acessa*. Mas eu acredito que *é preciso investir em políticas públicas* que façam essas coisas acontecerem. *Espaços precisam ser criados pras pessoas se encontrarem*, né? E tem sido um processo recente. Ter um Parque na [Avenida] Frei Serafim é uma questão fundamental e isso *aconteceu muito recente*. Quanto tempo aquilo ali ficou em construção? E por aí vai, né. É sobre *transporte público* também e *maneiras de acessar* isso, enfim, são inúmeros fatores. O projeto se propõe a ocupar espaços públicos – e isso *é também sobre direito à cidade* [...].

³ Em matéria do Portal G1 Piauí (2019), um levantamento realizado pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) entre os anos de 2010 e 2017 revelou que a taxa de suicídios do Estado do Piauí era de 10 mortes a cada grupo de 100 mil habitantes, um índice que corresponde a quase o dobro da taxa nacional (5,6). Dados do Observatório Mulher Teresina, vinculado à Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SMPM), apontam que, em um recorte por sexo, os maiores índices percentuais de violência entre pessoas e tentativas de suicídio em Teresina, nos anos de 2019 e 2020, foram relacionados a mulheres (PREFEITURA DE TERESINA, 2021).

As ações e intervenções do Salve Rainha eram largamente marcadas por *contrausos*, “práticas cotidianas que, desafiando o espaço disciplinar, subvertem os usos esperados dos espaços enobrecidos mediante táticas que criam lugares e tornam públicas as diferenças” (LEITE, 2012, p. 276). Desse modo, a ocupação de não-lugares produz ressignificações, transformando-os em lugares. Segundo Camila, a proposta do coletivo, idealizado por Francisco das Chagas Júnior, era o *resgate* e a *valorização* patrimonial da cidade e, portanto, de suas *memórias*. Sobre isso, ela questiona o uso da nomenclatura *resgate*, pois acredita que não era *responsabilidade* do coletivo resgatar pessoas e lugares (*a gente não é salvador, a gente não tá aqui pra resgatar ninguém de nada*), mas, por outro lado, oferecer *visibilidade* e estimular a *valorização* de determinados espaços em Teresina, problematizando os usos dos espaços públicos e o direito à cidade.

De fato, do ponto de vista conceitual, o trabalho da memória não pode ser designado *resgate*, posto que traduz uma mirada sobre o passado, a partir do presente. O passado nunca é alvo dado, pronto, para ser resgatado, mas algo a ser significado por diferentes grupos, de diferentes formas, como indicam os estudos sobre memória coletiva e memória social (HALBWACHS, 1990; CONNERTON, 1999). Trata-se, portanto, de uma produção de sentidos sobre o passado com ancoragem espacial da memória (HALBWACHS, 1990).

O posicionamento de Camila também é visualizado na fala de Renata. Nas seleções lexicais “*é preciso investir em políticas públicas*” e “*espaços precisam ser criados pras pessoas se encontrarem*”, ela explicita as demandas de sociabilidade da população, cuja estruturação necessita da ação direta e concreta de órgãos institucionais, inclusive para que ocorram de modo mais amplo. É o caso do *Parque Estação Cidadania Maria do Socorro de Macêdo Claudino*, popularmente conhecido como Parque da Cidadania, criado no ano de 2016, na Avenida Frei Serafim, principal avenida do Centro de Teresina. O Parque é um espaço revitalizado que conta com áreas para a prática de esportes, como um campo de futebol e a maior pista de Skate do Nordeste, construída a partir da demanda da Associação dos Skatistas de Teresina; um anfiteatro para a realização de eventos com capacidade para 1.500 pessoas; um museu e quiosques para alimentação – sendo um deles o Quiosque Salve Rainha Café Sobrenatural, atuante entre os anos de 2016 e 2018.

Apesar de salientar uma conquista, Renata também enfatiza aspectos que evidenciam o atraso e a negligência de instituições públicas em relação ao atendimento dessas demandas. Assim, reitera que esse processo *aconteceu muito recente*; e que, de modo paralelo às demandas da população relacionadas à construção e manutenção de espaços culturais, existem demandas relacionadas à estruturação de redes de mobilidade urbana e transporte público que possibilitem o acesso e a ocupação de tais espaços (*zonas que, muitas vezes, a gente não acessa; maneiras de acessar, é também sobre direito à cidade*).

Importante destacar que as ocupações e intervenções do Salve Rainha influenciaram diretamente setores da gestão pública, mobilizando representantes governamentais a repensarem as políticas culturais de Teresina. Nos meses de maio de 2015 e 2016, após ocupações do Coletivo em espaço ocioso situado embaixo da Ponte Juscelino Kubistchek, popularmente conhecida como Ponte JK, uma parceria entre a Secretaria Estadual de Cultura e o Governo do Estado do Piauí resultou na proposta de vitalizar o espaço, que, em 14 de agosto de 2017, foi inaugurado com o nome de *Praça Cultural Francisco das Chagas*, em homenagem ao idealizador do Coletivo. A Figura 3 ilustra um dos eventos promovidos pelo Salve Rainha após a reforma do local, em 2018. A atuação do Coletivo também influenciou a criação do Museu da Imagem e do Som nas instalações de prédio ocupado pelo Coletivo, no centro da cidade.



A criação desses locais representa um avanço na promoção institucional de lazer e sociabilidade, como pontuado na fala de Renata (*espaços precisam ser criados pras pessoas se encontrarem*). A sociabilidade configura outra dimensão da condição juvenil, representando a dinâmica das relações juvenis em suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, ainda, de identidades. As culturas juvenis e a sociabilidade são influenciadas por conjunturas espaciais (desde as expressões sobre o lugar onde se vive até a transformação de espaços físicos em espaços sociais e a criação de territorialidades) e temporais, seja as marcadas pela pontualidade das institucionalidades, seja as aleatórias e experimentais dos espaços de natureza sociabilística (DAYRELL, 2003).

A propósito dos usos do espaço público, Mariana, do Coletivo In.surge, explicita algumas problematizações relacionadas ao tema, criticando a ausência de políticas públicas importantes e indispensáveis para a materialização da sociabilidade na cidade.

MARIANA – IN.SURGE - Bom, a gente discutiu muito, muito sobre o que a gente colocaria no mapa porque quando você afirma alguma coisa num documento impresso, num documento escrito, porque, de certa forma, é um documento, você tá, de certa forma, também, se responsabilizando pelas ações que as pessoas vão tomar em cima daquilo que você tá afirmando [...]. Então a gente teve muitas discussões, como é que a gente ia abordar isso, como, por exemplo, a Lagoa do Centro Administrativo. É um espaço público, é super bonito, mas *tem um horário pra você ir lá*, tem uma forma de você chegar lá, você não vai descer do ônibus e sair caminhando pra lá, a menos que você não tenha nada a perder porque *é arriscado*, a gente sabe que é e a gente não queria enganar, nem *maquiar a cidade* que a gente tinha, *não era a nossa intenção pintar Teresina como uma cidade pacífica e perfeita e cheia de atividades na periferia*. Isso foi uma coisa que as pessoas questionaram muito, tipo, “ah, não tem muitos lugares na periferia”, mas, “pô, você queria o que, que tivesse muitos...?” Não tem lugares na periferia [no Mapa] porque

não tem lugares na periferia, é esse o problema! É justamente esse o problema, é por isso que tem mais lugares na Zona Leste e no Centro, essa é a cidade que você tá vivendo. Se você não percebeu isso e você acha que é porque eu estou maquiando a cidade através do meu mapa, você não entendeu nada. Tipo, não é bem assim, né. A gente, claro, teve a dificuldade de encontrar vários lugares, tem lugares que a gente não conseguiu encontrar, mas a realidade é dura, *não tem muitas opções de entretenimento pro jovem na periferia não*. Então não é que a gente queira *romantizar* também o espaço público, por exemplo. A gente fez um roteiro pras pessoas, de como elas percorreriam o centro e ver algumas coisas que não são muito óbvias, né, algumas *casas antigas que ainda tavam lá – até mesmo como forma de registro pra algo que tá se perdendo*. Então a nossa relação com o espaço público é, em primeiro lugar, de muita responsabilidade com relação ao que a gente ia colocar e de que forma a gente ia colocar. Então o Mirante do Monte Castelo é um lugar massa pra todo mundo ir lá e ter uma vista da cidade, mas a gente colocou “olha, vá acompanhado, não vá em determinados horários, né, dê uma olhada antes, se tá funcionando, se você vai tá sozinho lá talvez não seja uma boa ideia”. Sabe, até mesmo a forma de informar as pessoas que não conhecem, não preservam, quem não conhece a história da cidade não tem uma relação afetiva com ela, também não tá interessada em preservar nada. [...]. Até mesmo *como uma forma das pessoas conhecerem a própria cidade e ter interesse em valorizar aquilo* e saber que lá no centro ainda tem poste desses antigos, da época que a gente não tinha telefone ainda, e eles tão lá no centro, num lugar super visível e ninguém nunca se perguntou sobre eles, sabe. Então tem muito detalhe assim que a gente saiu coletando, tipo *a última casa da Frei Serafim, só tem uma casa que é habitada, que ainda tem função residencial na Frei Serafim*, a gente colocou lá no mapa pras pessoas, tipo, sentirem que, “olha, era uma avenida inteira residencial”, hoje você só tem uma pessoa que mora nela e essas casas tão desaparecendo. Sabe, até uma forma de chamar atenção pra isso. Com relação aos espaços públicos que a gente chamou as pessoas a visitar, olhar, ter esse olhar diferenciado, talvez tanto por a gente já ter o conhecimento que esses lugares existiam, né, e a gente só apontar pra eles, *colocar só a lanterna em cima deles* e as pessoas poderem saber também que eles existem e outras vezes com muita *responsabilidade* também, né, do que a gente tava sugerindo que a pessoa fizesse na cidade. Em nenhum momento a gente romantizou a experiência do espaço público na cidade não.

Mariana relata, em tom de crítica, duas questões que fazem parte do contexto urbano de Teresina que influenciaram na elaboração do Mapa: a violência e os perigos envolvidos no acesso a determinados espaços públicos (*tem um horário pra você ir lá; é arriscado*), revelando a negligência institucional quanto à segurança pública; e a escassez de locais destinados ao lazer em regiões periféricas (*não tem lugares na periferia, é esse o problema!*; *não tem muitas opções de entretenimento pro jovem na periferia não*), revelando a ausência de políticas públicas artístico-culturais, sobretudo em regiões periféricas. Diante de tais questões, ela ressalta que o Coletivo In.surge intencionalmente elaborou um material que refletisse o contexto social e cultural de Teresina, sem *maquiar* ou *romantizar* a cidade (*não era a nossa intenção pintar Teresina como uma cidade pacífica e perfeita e cheia de atividades na periferia*).

Acerca da temática do lazer em Teresina, Santos (2015) analisou a distribuição, o acesso e a manutenção de espaços públicos de lazer na capital⁴, de 1994 a 2014. A pesquisa apontou uma desigualdade quanto à distribuição desses espaços, que, em sua maioria, estão localizados nas regiões Centro e Leste da cidade – onde residem a população com maior renda; a região Sudeste foi apontada com a menor quantidade de equipamentos de lazer.⁵ No aspecto qualitativo, vários desses espaços apresentaram-se deteriorados ou abandonados, com ausência de limpeza e/ou de iluminação. A violência urbana também foi apontada na pesquisa, constituindo um dos principais entraves para a utilização de espaços públicos de lazer, principalmente as praças. Desse modo, os resultados apontam para a falta de estrutura de determinados espaços públicos e a insegurança quanto ao seu uso como fatores que favorecem a utilização de espaços privados de lazer, que, de modo geral, são bem equipados, fechados e contam com equipamentos de segurança. Logo, o lazer como mercadoria é mais facilmente consumido pela parte da população que possui maiores recursos.

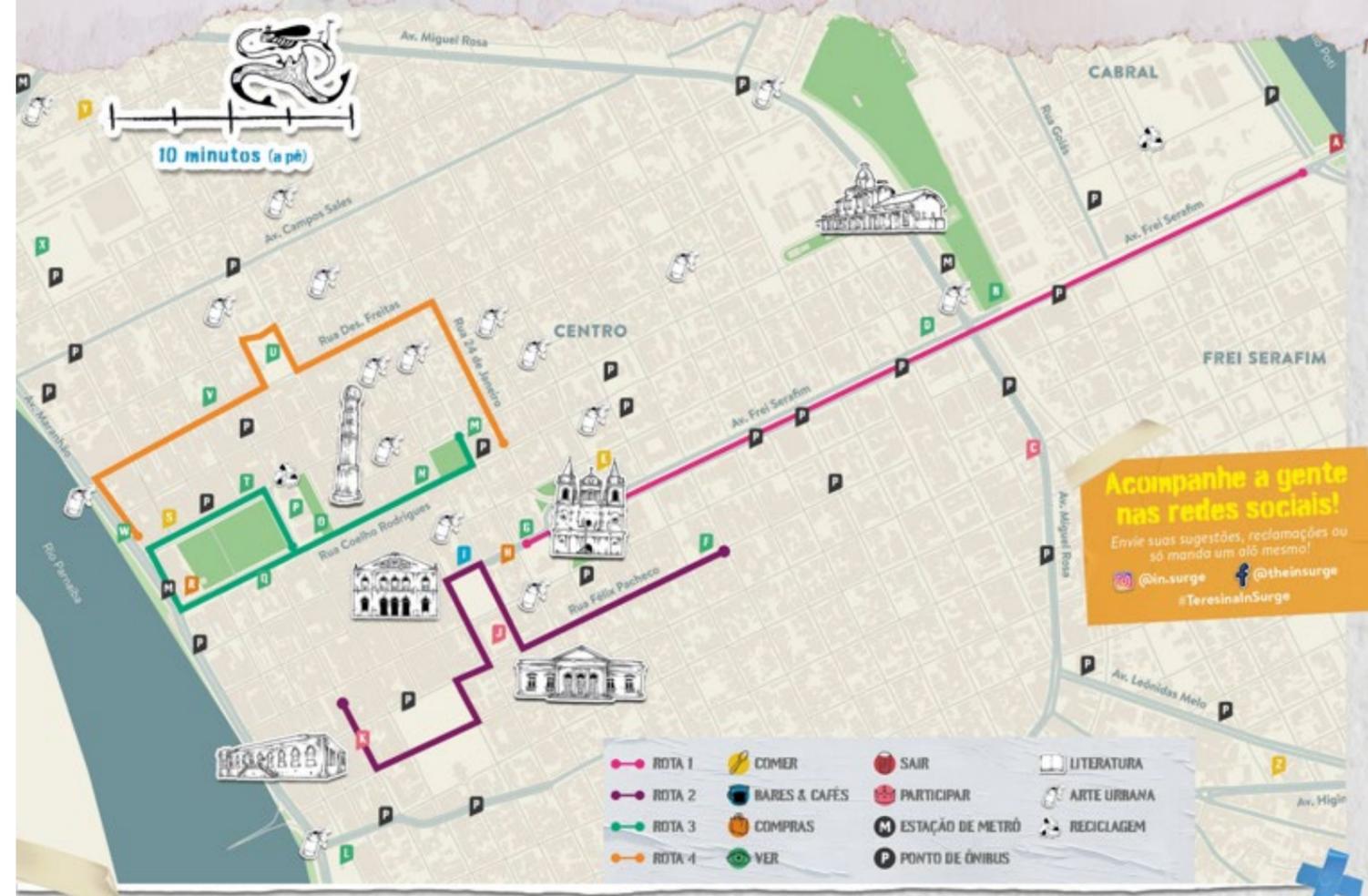
Entretanto, em uma análise a partir das lentes da perspectiva teórica da colonialidade/modernidade, sabemos que a lógica capitalista que transforma até mesmo lazer em mercadoria tem suas bases constitutivas na colonialidade do poder. Ou, como dito por Grosfoguel e Onesko (2021, p. 15), “[o] capitalismo sempre foi colonial, de modo que sua projeção histórica não [foi] possível sem a expansão colonial”. É, portanto, a soma de processos econômicos, políticos e culturais que mantém o sistema capitalista como uma rede global de poder (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). Contrapondo-se a tal lógica, já se encontra em curso a construção de pontes entre decolonialidade e o campo do lazer a fim de desvelar práticas de lazer, inclusive, em contextos de re-existência, “como um espaço de protesto, demarcação das diferenças, opressões e desigualdades” (MAURÍCIO *et al.*, 2021, p. 699).

O lazer como mercadoria também foi objeto de estudo de Oliveira e Luz (2016), ao analisarem os lazeres de jovens teresinenses, nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa apontou a escassez de equipamentos de lazer em regiões periféricas, onde residiam os/as jovens entrevistados/as. Em função disso, o acesso ao lazer ocorria em outras regiões, sendo a Leste a mais mencionada. Dentre os espaços públicos, como praças e parques, o Parque Potycabana foi mencionado como opção de lazer; entre os espaços privados, *shoppings* e bares foram apontados. Tanto o Parque Potycabana, como os *shoppings* e uma grande concentração de bares e restaurantes estão localizados na região Leste. Desse modo, a relação entre lazer e consumo foi revelada em função (da necessidade) do custeio tanto 1) do deslocamento para a região quanto 2) do consumo de bebidas/alimentos e/ou pagamento de entradas/ingressos no acesso a locais como bares e cinema. Logo, parte da remuneração desses/as jovens era destinada ao lazer. Críticas ao setor público foram realizadas pela ausência de investimento em espaços públicos e equipamentos de lazer, sobretudo nos bairros e regiões periféricas.

Mariana explicita, ainda, que o Mapa elaborado pelo Coletivo In.surge apresenta e indica lugares de valor histórico em Teresina, *como uma forma das pessoas conhecerem a própria cidade e ter interesse em valorizar aquilo, até mesmo como forma de registro pra algo que tá se perdendo*. Ao citar o exemplo da *última casa da Frei Serafim*, na

4 A autora utiliza o conceito de Ricardo Azevedo, em que, “sob o ponto de vista material, o espaço público de lazer pode ser entendido como uma área, geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação”. Desse modo, ela considera como espaço público de lazer “espaços públicos que podem, de alguma forma, propiciar momentos de lazer à população, de forma gratuita ou a preços pequenos, como: praças, parques ambientais, áreas verdes, quadras de esportes, academias públicas de ginástica, parquinhos para crianças, ginásios poliesportivos, teatros, museus, centros culturais, cinemas e centros sociais” (SANTOS, 2015, p. 19).

5 A autora utiliza os termos *equipamento de lazer* e *espaço* como sinônimos. Logo, equipamentos de lazer representem espaços de lazer.



seleção lexical *só tem uma casa que é habitada, que ainda tem função residencial na Frei Serafim*, o vocábulo *ainda* deixa implícito o pressuposto da incerteza quanto à continuidade desse espaço como residência, diante da função comercial que a Avenida ganhou. A entrevista com Mariana ocorreu em dezembro de 2020; em dezembro de 2021, a casa já se encontrava à venda. A Figura 4 ilustra as rotas sugeridas no Mapa, em que o Coletivo incluiu circuitos importantes para a familiarização e sensibilização dos jovens teresinenses quanto aos aspectos histórico-culturais da cidade.

Segundo Mesquita, Campos e Lima (2019), no decorrer do século XX, o processo de descaracterização do Centro Histórico de Teresina foi acelerado em função da expansão urbana, marcada pela especulação imobiliária, pelo surgimento de subcentros e até mesmo pelo aumento do uso de transportes individuais, como o automóvel. Nesse contexto, e com foco nas atividades comerciais da região, construções históricas foram sendo demolidas e descaracterizadas de seu uso original, cedendo espaço para a construção de lojas comerciais e, mais recentemente, de estacionamentos. “Este processo de desaparecimento do acervo histórico teresinense acarreta inúmeras prejuízos no que diz respeito a modificações da morfologia da cidade, com alterações na paisagem e no valor de identidade cultural, ao representarem parte da história da cidade” (MESQUITA; CAMPOS; LIMA, 2019, p. 11).

No âmbito dessa descaracterização, Alex denuncia a descaracterização do Centro de Teresina em relação a seus aspectos patrimoniais históricos e culturais em detrimento de sua caracterização como comercial. Segundo Mesquita, Campos e Lima (2019), os centros históricos representam áreas fundacionais das cidades, onde estão localizados seus marcos históricos nos âmbitos econômico, administrativo e cultural. A caracterização do Centro de Teresina como *comercial* torna evidente a perspectiva econômica da cidade colonial-moderna, quando, nos termos conceituais de Baudrillard

Figura 4 – Ilustração das rotas de visitação sugeridas no Mapa Colaborativo do In.surge. Fonte: In.surge (2022).

(1995), seu valor de troca se sobrepõe a seu valor de uso. A sobreposição desse *ethos comercial* provoca o esvaziamento do *ethos cultural* da cidade e de seus usos pela população, algo reforçado, inclusive, pelo maior acesso ao centro durante o período diurno, no chamado *horário comercial*. A resistência a essa lógica surge da atuação dos próprios coletivos.

ALEX – SALVE RAINHA/IN.SURGE - [...] eu falo assim: “olha só, se eu tivesse lá no centro de Recife, apareceria Centro Histórico; se eu tivesse no centro de São Luís apareceria Centro Histórico; aqui aparece Centro Comercial. Então nosso centro continua sendo comercial, não é histórico e, portanto, não é cultural e a gente tá nessa resistência, né? [...] Porque se um povo não conta sua história é um povo sem memória, né, e sem memória não existe. Então pra gente existir... por isso que, inclusive, o lema lá do Salve Rainha é “resistir, insistir e existir”, né? Então você tem que existir, precisa contar sua história.

Alex chama a atenção sobre a importância da preservação de elementos históricos como forma de *contar a própria história*, o que também reflete na valorização de memórias. Para Fischer (2010), espaço e tempo são categorias indissociáveis e, portanto, remetem a memórias. Le Goff (1990) afirma que a memória é um elemento fundamental na busca pela constituição de identidades individuais e coletivas. As memórias coletivas, entretanto, também podem ser acionadas politicamente, como instrumento e objeto de poder, servindo de modo distinto a interesses de grupos sociais diversos. Daí a consideração do autor de que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 250). Portanto, no âmbito da construção social, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLACK, 2012, p. 5; grifos no original).

Tomando por base essa contextualização, na seleção lexical “se um povo não conta sua história é um povo sem memória, né, e sem memória não existe”, o vocábulo “povo” estabelece uma relação interdiscursiva entre a história oficial e a história das populações, salientando a importância da enunciação daqueles que foram sistematicamente desprezados e silenciados. Para Dussel (1997), no âmbito cultural, o povo constitui o grupo daqueles/as localizados na *periferia* do sistema de poder, em oposição aos/às que estão no *centro*. Desse modo, a cultura popular e o próprio povo emergem e representam a exterioridade do sistema e, por isso, são atribuídos como *um Outro*.

A existência do povo está condicionada à tecitura de suas histórias no mundo, por meio da ação e do discurso (ARENDRT, 2007); por sua vez, a preservação de suas memórias representa, decerto, um instrumento de resistência às tentativas de silenciamento, apagamento ou deslegitimação de suas existências. O lema do Coletivo Salve Rainha, *resistir, insistir e existir*, simboliza esse movimento. Em 2017, o Salve Rainha realizou uma temporada de eventos, entre os quais um intitulava-se *Rainha do Tempo*. Em publicação no Facebook, o coletivo ressalta o que consideram o *abandono* de determinados espaços na cidade. Diante do descaso da gestão pública com o local, sobretudo em termos culturais, realizam a *ocupação* do espaço, com o objetivo de *levar mais vida, contar histórias e criar memórias*. Na Figura 5 vemos ensaio fotográfico do coletivo promovendo o evento, posando em frente à fachada da Igreja Nossa Senhora das Dores, no Centro da cidade.



A *Rainha do Tempo* vem falar sobre a vida. Seus ciclos, passagens e poder. Incertezas, transformações e até mesmo o medo, às vezes presente em lembranças do passado ou imagens de um futuro incerto. A escolha do Salve Rainha em ocupar a Praça Saraiva volta o olhar de Teresina e do coletivo para um espaço lindo e *atualmente abandonado*. Lugar que já movimentou muitas histórias, gerou momentos inesquecíveis, mas também mexe com o inconsciente de quem passa por ele, especialmente à noite. Quais seus segredos? Seus mistérios? Suas belezas? Dos anos 70 à atualidade, muito se passou, mas algo permanece: a vontade de fazer acontecer, de buscar, evoluir e amar. *Ocupando estes espaços, levamos mais vida a eles, contamos novas histórias. Criamos memória! A vivência do Salve Rainha e seu público na Praça Saraiva nos mostra que os tempos estão em constante renovação e que, quando não estamos sós, somos mais fortes e assim não há o que temer* (SALVE RAINHA, 2017a).

O silenciamento sobre histórias da cidade, o desprezo e apagamento de suas memórias por meio da demolição de edificações que simbolizavam e comunicavam essas histórias e memórias fazem parte do projeto colonial-moderno capitalista. O discurso modernizante está voltado para o *desenvolvimento econômico*, mesmo que para isso esteja subjacente o próprio o *desenvolvimento humano*. Lembro com Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) que o capitalismo não se trata apenas de um sistema econômico, como defendem os teóricos da economia política, tampouco apenas um sistema cultural, como defendem os teóricos dos paradigmas dos estudos culturais e pós-coloniais na vertente *anglo*, mas “uma rede global de poder, composta por processos econômicos, políticos e culturais, cuja soma mantém todo o sistema” (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007, p. 17).

Figura 5 – Ensaio fotográfico do Salve Rainha na fachada de igreja no centro histórico da cidade para evento Rainha do Tempo. Fonte: Salve Rainha (2017b).

Se é da nossa vitalidade, da exploração de nossa força de trabalho que o sistema necessita para extração da mais-valia, podemos chamar esse processo de *cafetagem*, “para lhe dar um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos” (ROLNIK, 2018, p. 32). Nesse sentido, para além da dimensão econômica, é de fontes culturais e subjetivas, da própria vida e sua potência de criação e transformação, que o capital se apropria e extrai sua força. Isto é, “em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor” (ROLNIK, 2018, p. 32).

Contraopondo-se a essa ordem social-discursiva, que os coletivos Salve Rainha e In.surge lançam luz sobre temas como memória, patrimônio, cultura, espaço público, direito à cidade e sociabilidade. No bojo dessa crítica, finalizo com a ressonância política, epistêmica, ontológica e ancestral do verso e da voz da intelectual piauiense Maria Sueli Rodrigues de Sousa (*in memoriam*), ao criticar o capital e seu projeto *desenvolvimento*, posto que foi justamente esta lógica que nos apartou e segregou; e incentivar, ao contrário, a necessidade de nos *envolver* e *desobedecer quando for possível*.

Algumas considerações

Teresina foi a primeira capital planejada do Brasil Imperial. Apesar da posição inicial na largada da modernização e urbanização seguindo os moldes da metrópole, a cidade ocupa até hoje uma posição derradeira em termos de desenvolvimento econômico, quando comparadas a outras capitais do Nordeste brasileiro. A despeito dessa realidade periférica, persiste o ideal modernizador, oriundo da racionalidade moderna implantada desde a invasão portuguesa. O horizonte discursivo do *desenvolvimento* e do *progresso* continuam, desde sua fundação, *norteando* o planejamento urbano teresinense, fato que levou ao silenciamento, ao apagamento e à exclusão de discursos, artefatos, memórias e sujeitos.

Se, no âmbito do projeto da colonial-modernidade, o desenvolvimento dos *centros* se sobrepõe ao desenvolvimento das periferias, em Teresina é possível observar que a negligência e o abandono atingem até mesmo os centros econômicos da cidade, revelando as contradições do discurso da modernização. A partir das narrativas dos participantes de coletivos juvenis notamos que, para além da reafirmação da ausência de políticas públicas nas periferias teresinenses, fato característico da sociedade capitalista (CARLOS, 2020; LEFEBVRE, 1991), algumas problematizações são levantadas também sobre os *centros* da cidade.

Em sua fundação, o núcleo de povoamento inicial de Teresina, na então Vila do Poti, foi desprezado como centro histórico de Teresina em função da precariedade sanitária e de infraestrutura da região, à época. O deslocamento dessa centralidade reverbera até hoje: a despeito de sua importância histórica, turística e cultural, o bairro Poti Velho apresenta um cenário de pobreza, exploração e segue em esquecimento por parte do poder público (LIMA, 2020). O *desenvolvimento* só chegou por lá com o nome de *Programa Lagoas do Norte*, com a proposta de reconstrução da paisagem cultural da região, à revelia dos moradores, colocando em risco a histórica atividade oleira e ceramista que emprega grande parte dos que ali vivem e trabalham (MONTE; MORAES, 2016).

Já o designado centro histórico de Teresina, do ponto de vista da narrativa oficial (situado na Chapada do Corisco), também sofreu descaracterização em relação a seus elementos patrimoniais e culturais. O desenvolvimento do comércio na região levou

à sua representação social como um espaço *comercial* e não como *histórico*, como culturalmente referenciado em outras capitais brasileiras. No bojo dessa predominância econômica sobre aspectos culturais, a expansão da cidade produziu a zona Leste, construída para a habitação e sociabilidade das elites locais que originalmente habitavam o centro. A região tornou-se o *centro* econômico e sociocultural das elites. Essas (re)distribuições ao longo da história de Teresina evidenciam a demarcação e a territorialização socioespacial que segrega a periferia, o centro e a *zona Leste*.

A demolição de edificações histórico-culturais para ceder espaço a estacionamentos e outros estabelecimentos comerciais na cidade reforça o discurso do projeto urbano-modernizador. Histórias e memórias deliberadamente desprezadas, silenciadas e excluídas da paisagem urbana e do cotidiano das pessoas, evidenciando a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, que também se reflete no âmbito da sociabilidade, por meio da desigual distribuição de equipamentos de lazer e mobilidade urbana. Não à toa, essa distribuição socioespacial negligencia a juventude preta e pobre que habita as periferias. Portanto, mais que os espaços, o desprezo, o silenciamento e a exclusão também são sobre sujeitos – ou os *outros*, aqueles subalternizados pela estrutura hegemônica (DUSSEL, 2016; KILOMBA, 2020).

Essas, entre outras, percepções consistiram em foco de problematizações dos coletivos In.surge e Salve Rainha. A profunda ligação afetiva dos sujeitos com a cidade constituiu um dos motivos que fomentaram a práxis em direção ao diálogo tanto com habitantes quanto com gestores da cidade. A movimentação da juventude em torno de temáticas para além de *seu tempo* também chama a atenção. Esses coletivos urbano-juvenis constituem articulações juvenis contra-hegemônicas que visibilizam formas outras de ser e viver em coletividade, inclusive a partir do fortalecimento de novas sociabilidades; o surgimento dessas expressões coletivas contemporâneas é, portanto, reflexo da própria ordem social, histórica e cultural da cidade de Teresina.

A cartografia social, cultural e histórica do coletivo In.surge mobilizou a juventude teresinense a conhecer lugares alternativos, não hegemônicos, oferecendo a oportunidade de experienciar diversas faces da cidade. Já o Coletivo Salve Rainha possibilitou a produção de espaços de pertencimento, sociabilidade e inclusão, em meio às ausências físicas e simbólicas institucionais, sobretudo para as juventudes. Suas ocupações e intervenções repercutiram na mobilização histórica da gestão pública municipal e estadual na revitalização e criação de espaços artístico-culturais e sociais. Por outro lado, o encerramento das atividades do coletivo, seguido da eclosão da pandemia de covid-19, repercutiram na recrudescência de ações socioculturais por parte da gestão pública.

Em um cenário mais contemporâneo, sob a égide de uma gestão municipal signatária do bolsonarismo, o abandono da cidade tem se mostrado generalizado. Esse abandono da cidade representa a ausência de políticas públicas desde questões de infraestrutura urbana, que tem afetado inclusive zonas *nobres* da cidade, até questões relacionadas a mobilidade urbana, segurança pública, saúde, combate à violência contra mulheres e populações negra e LGBTQIA+, cultura, lazer, entre outras dimensões. Notoriamente, essa ausência da gestão pública reverbera de modo mais severo nos núcleos desprivilegiados de poder econômico. Todas essas (in)ações públicas, contudo, não avançam sem contestação social; do outro lado da trincheira dessa disputa político-discursiva, a resistência, a luta e a esperança continuam a ecoar.

Referências

- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70, 1995.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, p. 289-306, 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *GEOUSP*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412-424, set./dez. 2020.
- CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez., 2010.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta, 1999.
- DUSSEL, Enrique. *Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação*. Trad. Sandra Tarbaucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997.
- DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr., 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- FISCHER, Gustave-Nicolas. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, Jean François (org.). *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- G1 PIAUÍ. *Taxa de mortalidade por suicídio no Piauí é quase o dobro do índice nacional; saiba como buscar ajuda*. 10 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/pi/pt/pt/noticia/2019/09/10/taxa-de-mortalidade-por-suicidio-no-piaui-e-quase-o-dobro-do-indice-nacional-saiba-como-buscar-ajuda.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2022.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.
- GROSGUÉL, Ramón; ONESKO, Gabriel. A complexa relação entre modernidade e capitalismo: uma visão descolonial. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 6-23, 2021.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IN.SURGE. *Mapa colaborativo do Coletivo In.surge*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HHS0OwgDZ3ukx1X_RKLzpsqcXwsrkGLM/view?fbclid=IwAR3IKE67y4YjRnWyOW5HSuF9Uskrow-3D_AW_tIOOgvN3IIEIUNidAN9BYg. Acesso em: 19 set. 2022.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Rogério. Críticas para o não esquecimento: práticas cotidianas e *contrausos* da cidade. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa (org.). *Intervenções urbanas em centros históricos: Brasil e Itália em discussão*. São Paulo: EDUC; CAPES, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LIMA, Amanda. “Onde fica o Poti Velho?”: contradições urbanas da cidade de Teresina – Piauí. *Revista Latino-Americana de História*, v. 9, n. 24, jul./dez. 2020.
- MARQUES, Paulo. *Modernização do Brasil: dilemas e perspectivas*. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, 1994.
- MAURÍCIO, Joise Simas de Souza; EUGÊNIO, Jordânia de Oliveira; PAULA, Juliana Araújo de; SOARES, Khellen Cristina Pires Correia; NUNES, Raquel Rocha. Lazer e a opção decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. *Licere*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, mar. 2021.
- MESQUITA, Larissa de Fátima Ribeiro; CAMPOS, Lucas Bruno Barbosa de; LIMA, Sílvia Maria Santana Andrade. A descaracterização do centro histórico de Teresina-PI para a implantação de estacionamentos. In: Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação, 6, 2019, Belo Horizonte, *Anais [...]*. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2019.
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MONTE, Catarina Nery Cruz; MORAES, Maria Dione Carvalho de. Paisagem Cultural em (re) construção, artesanato ceramista direitos culturais no Poti Velho. *Revista FSA*, Teresina, v. 13, n. 4, jul./ago. 2016.
- MONTE, Regianny Lima. (Res)significando a cidade: o projeto de revitalização do centro de Teresina (1990-2010). In: Simpósio Nacional de História Cultural, 8, 2016, Araguaína, *Anais [...]*. Universidade Federal do Tocantins: Araguaína, 2016.
- MONTE, Regianny Lima. *Vidas incertas: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970*. Teresina: IFPI, 2017.
- MOURÃO, Nadja Maria. Tecnologias sociais e empreendimentos criativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 53-67, 2017.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011 São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- OLIVEIRA, Tâmara Feitosa; LUZ, Lila Cristina Xavier. Lazer de jovens teresinenses: compra-se excitação!? In: LUZ, Lila Cristina Xavier; ADAD, Shara Jane Holanda

Costa; SILVA, V. *Juventudes rurais e urbanas: territórios, culturas, sociabilidades e identidades*. Teresina: Edufpi, 2016.

PENNAFORTE, Charles. *Análise dos sistemas-mundo: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein*. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2011.

PEREIRA, Lucas Coelho; MORAIS, Maria Dione Carvalho de. Entre “Teresina nasceu aqui” e “aqui no poti e lá em Teresina”: identidades e alteridades na memória oral do bairro Poti Velho. *In: Encontro Nacional de História Oral*, 12, 2014, Teresina, *Anais [...]*. Teresina: ABHO, 2014.

PEREZ, Olivia Cristina; SILVA FILHO, Alberto Luís. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA DE TERESINA. *Tentativas de suicídio e violência entre pessoas afetam mais as mulheres, revela estudo do Observatório da Mulher Teresina*. 21 set. 2021. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/2021/09/21/tentativas-de-suicidio-e-violencia-entre-pessoas-afetam-mais-as-mulheres-revela-estudo-do-observatorio-da-mulher-teresina/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Cristina Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SALVE RAINHA. *Identidade visual feita para o Salve Rainha Café Sobrenatural em Março de 2014 pela artista visual e publicitária Renata Reis*. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 30 set. 2022.

SALVE RAINHA. *Publicação no Facebook*, Teresina, 2 out. 2017a. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 12 out. 2022.

SALVE RAINHA. *Publicação no Facebook*, Teresina, 3 out. 2017b. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 12 out. 2022.

SALVE RAINHA. *Publicação no Facebook*, Teresina, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, Laudénides Pontes dos. *Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)*. 2015. 326f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.

SEMPPLAN. *Bairro Poti Velho*. Publicado em maio de 2018. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/POTI-VELHO-2018.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, Ângela Martins Napoleão Braz e. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. *Cadernos Proarq*, n. 18, p. 216-236, jul. 2012.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira (org.). Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.